

Poder e acção, coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX

Ricardo Roque*

1. Introdução

Esta comunicação parte de um acontecimento, cronologicamente situado no final do século XIX, que julgo permitir articular a sociologia da ciência com a história da antropologia e do colonialismo portugueses. A sua compreensão motivou a minha tese de mestrado, com o título *Antropologia e Império*, recentemente apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na qual desenvolvo e fundamento, de forma mais alongada, as principais linhas de argumentação desta comunicação (Roque, 2000).

Viajemos, pois, até à última década do século XIX. No ano de 1897, publicou-se em Portugal na *Revista de Ciências Naturais e Sociais* aquele que um dia foi celebrado como o primeiro estudo de antropologia realizado sobre populações indígenas do império português. O estudo, realizado na então colónia portuguesa de Goa, na Índia, no decurso de uma expedição militar, intitulava-se *O indígena de Satary. Estudo antropológico*, e vinha assinado por Artur da Fonseca Cardoso (1865-1912) (Cardoso, 1897). O autor era oficial subalterno do exército português, mas também uma das figuras mais activas do campo da antropologia nacional, parceiro de aventuras científicas dos conhecidos Rocha Peixoto e Ricardo Severo, chegando mesmo a ser apontado, durante parte considerável do século XX, como “fundador da antropologia colonial portuguesa” – em parte pelo alegado pioneirismo do referido estudo na Índia (Correia, 1913; Ataíde, 1934; Lima, 1934).

A compreensão da emergência deste texto científico e do seu produto de conhecimento – o tipo de *raça* das populações indianas de Satary – implica (o que procurarei fazer aqui de forma muito breve) um entendimento das condições de possibilidade das inscrições no terreno, isto é, das “notas de campo” antropométricas que terão estado na base da escrita do texto *O indígena de Satary*. Apoiado em documentação histórica, pretendo averiguar, acompanhando sugestões desenvolvidas no quadro dos estudos sociais da ciência (em particular, a constelação teórica associada à noção de *tradução* [Latour e Woolgar, 1979; Callon, 1986; Latour, 1983 e 1988]), o *poder* de um laboratório antropológico em situação colonial.¹

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

roque@notes.uac.pt

¹ A noção de “laboratório”, na perspectiva que adopto, não pretende designar simplesmente uma arquitectura física, tão pouco uma organização ou uma experimentação (cf. Knorr-Cetina, 1995). O recente interesse dos estudos da ciência e da tecnologia pelo laboratório e pela ciência como prática tem sugerido uma imagem teórica bem mais complexa e abrangente da relação entre ciência, sociedade e processos de poder, dissolvendo as tradicionais fronteiras entre “interior” e “exterior” do laboratório (ou entre “ciência” e “sociedade”). Destes trabalhos, interessam-me aqui alguns dos elementos levantados acerca da composição desse dispositivo material de acção e de poder, “actor-rede” ou “regime prático” (*ensemble pratique*, para aplicar aqui ao laboratório uma expressão de Foucault, [Foucault, 1994]) que podemos entender ser o laboratório: o seu carácter *colectivo* (implica a actividade interactuante de muitos actores), *estratégico* (a colectividade de elementos integra-se na orientação de produção de certos efeitos), *heterogéneo* (esses actores podem possuir naturezas diversas, humanas ou não humanas – interactuando coisas e sujeitos), *emergente* e *variável* (a sua configuração é temporalmente emergente, construída na prática, em situação [Pickering, 1993; Clarke e Fujimura, 1992]).

Focando a dimensão praxiológica do trabalho científico interrogo-me, por um lado, acerca dos efeitos de poder ocorridos na transformação e no reescalonamento laboratorial de pessoas e coisas em inscrições; e, por outro, acerca dos efeitos de poder dessas mesmas inscrições, transformadas através de práticas de leitura, na construção de espaços de dominação imperial.

Nesta comunicação, centrar-me-ei sobretudo no modo *como se* construiu, num ambiente ao qual era inicialmente estranho (uma campanha militar), o *laboratório antropológico* de Fonseca Cardoso quando, em Maio de 1896, procedeu à observação antropológica de 44 homens nativos da região indiana de Satary, província de Goa revoltada contra a soberania portuguesa. Argumento, assim, que a construção de um laboratório antropológico numa situação de conflito militar colonial inverteu – de forma intensa, mas local, circunscrita e contingente – a “hierarquia de forças” (Latour, 1983; 1988) que prevalecia então nos encontros entre os militares portugueses e os nativos goeses da região de Satary. Contudo, e este é o segundo ponto a reter, tal transformação (reescalonada no seu produto literário: as inscrições antropológicas de campo e o artigo científico) não se traduziu em ganhos de força na economia *global* das relações entre imperialistas e rebeldes. O império não ficou mais forte por causa da força gerada no e pelo laboratório. É pois interessante como, neste caso, contra certas visões todo-dominadoras do “colonialismo”, o colonialismo é, aqui, poderoso apenas nos limites locais de um laboratório e muito restritamente forte para além da sua circunscrição material.

O poder deste laboratório antropológico colonial residiu, sobretudo, na sua capacidade para reconfigurar localmente relações e propriedades de pessoas e coisas na situação contingente da prática de observação e inscrição, no cenário da sua *performance*. Não existiriam condições de ampliação colonial dos efeitos locais de poder gerados no e pelo laboratório: esta seria uma tradução que ficaria por fazer.

2. O programa da antropologia oitocentista: problemas tecnológicos.

Antes de prosseguir, importa esclarecer qual o significado da “antropologia” praticada por esse oficial e antropólogo, Fonseca Cardoso. Não se tratava da ciência antropológica tal como a entendemos na definição académica actual, (a antropologia social e cultural, na herança do trabalho de campo de Malinowski), mas de uma antropologia aproximada à concepção de “antropologia física”, e à qual associamos o rótulo de “racista”.

A definição de antropologia, no conteúdo dado por Fonseca Cardoso, associava-se às propostas programáticas emergentes em França na segunda metade do século XIX. No contexto da discussão do evolucionismo, a disciplina científica da antropologia (a *anthropologie*) foi então definida pelos franceses Paul Broca e Paul Topinard como a história natural do Homem. Inspirada na tradição experimental e laboratorial das ciências físicas e naturais, a antropologia impunha-se classificar todas as raças humanas do globo – nomeadamente as “exóticas” e “selvagens” como aquelas da Índia Portuguesa – e fazer a sua genealogia. A base residia no estudo anatómico do corpo humano (de ossos, de crânios ou de corpos vivos), na multiplicação de observações laboratoriais controladas, socorrida de técnicas complexas de medida (a antropometria) que exigiam o apoio de diversa instrumentação material. Era, pois, uma característica ciência laboratorial moderna.

O estudo de Satary constituía uma modalidade particular desta antropologia: a antropologia no vivo, a observação antropológica em laboratório de pessoas.

Mas o problema tecnológico laboratorial da antropologia – para lá do do treino meticuloso e da rigorosa disciplina de execução técnica exigida ao observador na manipulação dos instrumentos e convenções –, residia num

problema de poder: o recrutamento e a domesticação dos corpos vivos dos sujeitos observados. A antropologia tinha como preceito de método a observação de muitos corpos (Topinard postulava não menos de cem indivíduos) e muito dóceis. Para que pudesse ser observado e medido de acordo com as complexas prescrições antropométricas, os indivíduos tinham de permanecer longo tempo imóveis, sujeitos de forma totalmente passiva às direcções do observador. A antropologia no vivo implicava, assim, uma relação fortemente assimétrica de poder, sem (ou pelo menos com uma mínima) resistência. Esperava-se um antropólogo forte e um corpo vivo passivo e submisso.

Ora, como se verá, eram estas prescrições associadas ao recrutamento e disciplina dos sujeitos aquelas mais difíceis de replicar na situação de conflito militar colonial de 1896, quando se tratasse de construir um laboratório antropológico para o estudo de indígenas.

3. A expedição militar à Índia em 1895-1896: indígenas fortes, fracos imperialistas.

Considere-se pois a expedição militar de 1895-1896.

Fonseca Cardoso ocupava o posto de alferes no corpo expedicionário que, em Novembro de 1895, chegou a Goa com o propósito de pacificar a colónia. Uma companhia de soldados maratas, a que se haviam juntado as populações da região de Satary, comandadas pelos ranes (senhores “feudais” da região) haviam-se revoltado contra o governo colonial português, tendo justificado o envio de uma expedição militar com tropas da metrópole, rodeada da pompa nacionalista e imperialista que caracterizava a atitude política portuguesa no final do século XIX. Não era a primeira vez que tal sucedia: as populações de Satary tinham, no imaginário militar português, a tradição de indomáveis, tendo empreendido desde o século XVIII cerca de dezoito revoltas contra a coroa portuguesa, das quais nunca haviam saído claramente derrotadas.

O trabalho militar de pacificação dos rebeldes de Satary foi difícil, de tal modo que, após percorrerem durante alguns meses a região, os soldados praticamente não entraram em confronto directo com os satarienses. Conhecedores exímios do seu território, estes adoptaram uma táctica de guerrilha adequada à geografia montanhosa e densamente florestada de Satary. A população civil fugia das aldeias, escondendo-se nas matas; e, com rápidos ataques e fugas imediatas, os rebeldes faziam-se distantes, móveis e invisíveis aos olhos e às espingardas dos soldados portugueses, que se viam assim incapazes de derrotar o inimigo. Só esporadicamente um ou outro prisioneiro caía nas mãos dos expedicionários. E o desfecho dos conflitos, meses depois, espelhou bem a incapacidade dos imperialistas portugueses em subjugar os nativos, tendo o governo português sido obrigado a negociar uma amnistia e a ceder às exigências dos rebeldes.

A hierarquia geral de forças, durante o curso da campanha militar, desenhava então um quadro de poder de “indígenas fortes” e “fracos imperialistas”.

4. A construção do laboratório antropológico em Satary: indígenas fracos, fortes imperialistas.

Aceitando o desenrolar da distribuição do poder e da visibilidade entre imperialistas e indígenas, vislumbrava-se como tarefa árdua o trabalho de associação de um laboratório antropológico de observação de satarienses a uma expedição militar marcada pelo insucesso na derrota do inimigo. Isolar numa ecologia laboratorial, distinta do ambiente natural – as montanhas, as florestas, as veredas – que fazia temíveis os satarienses; e recrutá-los ainda, em elevada

quantidade, como corpos dóceis, imóveis, manipuláveis, como exigia a prática antropológica, parecia não estar ao alcance dos expedicionários. A acontecer, constituiria uma situação de inversão das relações de força, pois tornaria visíveis e dóceis os recalcitrantes satarienses e dominadores os impotentes imperialistas.

Como aconteceu, então, que se constituísse esse laboratório?

A documentação de arquivo que reuni sobre o episódio da campanha militar e os estudos antropológicos do militar Fonseca Cardoso permite levantar hipóteses a este respeito (Roque, 2000). É de crer que a construção do laboratório tenha resultado de um aprisionamento fortuito de um conjunto de indígenas de Satary, os quais, uma vez levados (pela acção de uma rede heterogénea de elementos) para a cadeia de uma das fortalezas controladas pelas tropas portuguesas e então comandada pelo alferes Fonseca Cardoso, estiveram em condições óptimas de visibilidade e domesticação para desempenharem na micro escala o papel de submissão e obediência prescrito pela antropologia (cf. Foucault, 1995; Arnold, 1994).

5. A inconsequência global da força local do laboratório antropológico.

Cumprir levantar um último conjunto de questões.

Será que o jogo de forças entre imperialistas e satarienses gerado na micro escala do laboratório antropológico se estendeu à escala de uma dominação propriamente imperialista do conjunto da população? Por exemplo, será que o texto de Fonseca Cardoso – considerando-o em face do “potencial de acção à distância” atribuído às inscrições científicas (Law, 1986a; 1986b; Latour, 1995) – terá tido, afinal, tradução numa transformação da hierarquia colonial de forças entre portugueses e satarienses, concorrendo para uma efectiva e extensiva dominação “imperial” da região de Satary, desta feita isenta de resistências e rebeldias indígenas?

Neste caso, a resposta a estas questões é negativa. O laboratório e as raças antropológicas dos satarienses não se converteram, para usar aqui uma designação de Michel Callon (Callon, 1986), em “ponto de passagem obrigatório” para os interesses de militares e políticos imperialistas. A assimetria local – junto com as inscrições que emergiram da situação de laboratório – não foram consequentes na transformação da ordem geral de poder que marcava as relações entre satarienses e portugueses na região. O poder colonialista do laboratório foi momentâneo; tal como foi inócuo o poderio político das inscrições e dos tipos de raças que dele emergiram.

Entre as razões (que não cabe explorar no curto espaço desta comunicação) está que o próprio Fonseca Cardoso não fez esforços políticos para que o seu texto participasse desse reescalamento imperial do poder local do laboratório. Faltou, por exemplo, empreender, com sucesso, um trabalho de “interessamento” (Callon, 1986; Latour, 1995) dos militares e dos governantes por essa antropologia das raças.

“Dêem-me um laboratório e erguerei o império”: este é talvez um caso em que esta frase de Arquimedes, um dia reinventada por Bruno Latour para descrever o potencial científico-político dos laboratórios de Pasteur (Latour, 1988; 1999), fique aquém da descrição do poder local, circunscrito, contingente, e globalmente inconsequente do laboratório da antropologia colonial do português Fonseca Cardoso.

Referências bibliográficas

Arnold, David (1994), “The Colonial Prison: Power, Knowledge and Penology in Nineteenth-Century India”, in David Arnold e David Hardiman (org.), *Subaltern*

Studies VII. Essays in Honour of Ranajit Guha. Deli: Oxford University Press, 148-187.

Ataíde, Alfredo (1934), "Fonseca Cardoso e a Antropologia Colonial", in AAVV, *Trabalhos do 1º Congresso de Antropologia Colonial*. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1, 151-156.

Callon, Michel (1986), "Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay", in John Law (org.), *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 196-233.

Cardoso, Artur da Fonseca (1897), "O indígena de Satary. Estudo anthropologico", *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, 5 (17), 7-19.

Cetina, Karin Knorr (1995), "Laboratory Studies: The Cultural Approach to the Study of Science", in Sheila Jasannoff et al (org.), *Handbook of Science and Technology Studies*. Londres: Sage, 140-166.

Clarke, Adele E.; Fujimura, Joan H. (1992), "What Tools? Which Jobs? Why Right?", in Idem (org.), *The Right Tools for the Job. At Work in Twentieth-Century Life Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 3-44.

Correia, António Mendes (1913), "A obra anthropologica de Fonseca Cardoso", *Dyonisos*, 1, 29-32.

Foucault, Michel (1994), "Qu'est-ce que les Lumières? ", in Daniel Defert e François Ewald (org.), *Michel Foucault. Dits et écrits, 1980-1988*. Paris: Gallimard, IV, 562-578 [1 1984].

Foucault, Michel (1995), *Surveiller et Punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard [1 1975].

Latour, Bruno; Woolgar, Steve (1986), *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press [2ª ed.; 1 1979].

Latour, Bruno (1988), *The Pasteurization of France*. Cambridge/Mass.: Harvard University Press.

Latour, Bruno (1995), *La Science en Action. Introduction à la sociologie des sciences*. Paris: Folio [1 1989].

Latour, Bruno (1999), "Give Me a Laboratory and I Will Raise the World", in Mario Biagioli (org.), *The Science Studies Reader*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 258-276 [1 1983].

Law, John (1986a), "On Power and Its Tactics: A View From the Sociology of Science", *The Sociological Review*, 1 (34), 1-38.

Law, John (1986b), "On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India", in Idem (org.), *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 234-261.

Lima, Joaquim A. Pires de (1934), "Estudos de Antropologia Colonial – o que temos feito e o que precisamos fazer", in AAVV, *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, I, 105-133.

Pickering, Andrew (1993), "The Mangle of Practice: Agency and Emergence in the Sociology of Science", *American Journal of Sociology*, 3 (99), 559-589.

Roque, Ricardo (2000), *Antropologia e Império*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado.